

FORREIRO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XVII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), SEXTA-FEIRA, 11 de abril de 2025



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024 Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) referente ao ano de 2024. Este documento reflete o compromisso da DESO com a transparência e a prestação de contas, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e as diretrizes do marco regulatório do saneamento.

Em 2024, a DESO manteve seu foco na universalização dos serviços de saneamento básico, buscando ampliar e modernizar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especialmente no interior do estado. Os investimentos em infraestrutura, a busca por novas tecnologias e o desenvolvimento de projetos inovadores foram fundamentais para alcançar os resultados apresentados neste relatório.

A gestão dos recursos humanos, o desenvolvimento de programas de capacitação e a busca por um ambiente de trabalho mais justo e igualitário contribuíram para o engajamento da equipe e para a excelência na prestação dos serviços.

O desempenho econômico-financeiro da DESO em 2024 demonstrou a solidez da Companhia, com resultados positivos em diversos indicadores. A busca pela eficiência na gestão dos recursos e o controle dos custos operacionais foram essenciais para garantir a sustentabilidade da empresa. O relatório também destaca o compromisso da DESO com a qualidade dos serviços prestados, com a preservação do meio ambiente e com a responsabilidade social. Os investimentos em novas tecnologias para o tratamento de água e esgoto, o desenvolvimento de projetos socioambientais e a busca por soluções inovadoras para os desafios do saneamento demonstram o compromisso da DESO com a construção de um futuro mais sustentável para Sergipe.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e clientes que contribuíram para os resultados alcançados em 2024. Reafirmamos nosso compromisso com a melhoria contínua dos serviços de saneamento básico, com a busca por soluções inovadoras e sustentáveis e com a construção de um futuro melhor para a população sergipina.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

ATIVO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)		
Valores Expressos em R\$(1)			Valores Expressos em R\$(1)			Valores Expressos em R\$(1)		
NOTA	2024	2023	NOTA	2024	2023	2024	2023	2023
CIRCULANTE			Receita Operacional Líquida			FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	739.399.263	237.467.478	14	862.581.520	776.515.411		10.018.432	46.154.909
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			Custo dos Serviços			Lucro Líquido do Período		
	488.787.832	32.388.267	15	(694.028.029)	(549.345.993)	Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Caixa e bancos	8.651.285	2.298.365				Depreciação e amortização		
Aplicações de liquidez mediana	480.136.547	30.090.002				Provisão provisória na realização de créditos		
DIREITOS REALIZÁVEIS			Lucro Bruto			(Ganho) Perda na baixa do ativo imobilizado		
	250.801.430	205.079.211		100.553.492	227.169.419	Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos		
Contas a receber de Usuários	240.349.789	202.251.660				Variação monetária sobre financiamentos		
Estoques	1.391.838	883.158				Ajustes de Exercício Anterior		
Outras créditos	8.859.794	1.844.993				Lucro Líquido Ajustado		
NÃO-CIRCULANTE			Despesas Operacionais			Variação das contas do ativo e passivo circulantes:		
	2.470.676.539	2.091.505.592	16	(142.089.042)	(175.486.302)	Clientes		
REALIZÁVEL ALONGO PRAZO			Comerciais			Estrutura		
	263.276.904	3.647.043		(13.166.367)	(63.705.558)	Outros créditos		
Transações com partes relacionadas	261.477.480	-		(99.304.299)	(94.306.094)	Ativo Financeiro Concessão		
Bloqueios judiciais	1.591.245	2.939.641		(4.933.802)	(8.340.237)	Outras contas a receber de longo prazo		
Tributais a recuperar	708.180	707.402				Fornecedores		
IMOBILIZADO			Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos			Relações contratuais		
	2.206.899.735	2.087.858.549		26.484.449	51.883.117	Contas a pagar		
Imobilizado	3.210.075.902	2.328.973.170		(15.588.377)	(2.423.981)	Outros débitos		
			Recargas Financeiras			Impostos, taxas e contribuições diversas		
			Recargas Financeiras			Consignações a receber		
			Faixas e tributárias			Provisão p/ Férias e Gratificação		
			Outras Despesas (receitas operacionais)			Gêneros e Encargos a pagar		
			Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos			261.557		
			Juros e encargos financeiros			(2.362.010)		
			Juros e encargos financeiros			143.928		
			Juros e encargos financeiros			142.537		
			Juros e encargos financeiros			2.015.939		
			Juros e encargos financeiros			(11.596.145)		
			Juros e encargos financeiros			389.215		
			Juros e encargos financeiros			(1.119.290)		
			Juros e encargos financeiros			452.174		
			Juros e encargos financeiros			(8.933.457)		
			Juros e encargos financeiros			5.915.732		
			Juros e encargos financeiros			(1.027.355)		
			Juros e encargos financeiros			900.076		
			Juros e encargos financeiros			426.787.750		
			Juros e encargos financeiros			81.776.857		
			Juros e encargos financeiros			(172.035.498)		
			Juros e encargos financeiros			(115.282.433)		
			Juros e encargos financeiros			201.657.214		
			Juros e encargos financeiros			44.885.184		
			Juros e encargos financeiros			58.727.078		
			Juros e encargos financeiros			18.884.886		
			Juros e encargos financeiros			6.264.771		
			Juros e encargos financeiros			(5.905.675)		
			Juros e encargos financeiros			177.047.441		
			Juros e encargos financeiros			14.955.248		
			Juros e encargos financeiros			456.409.466		
			Juros e encargos financeiros			11.399.607		
			Juros e encargos financeiros			32.388.267		
			Juros e encargos financeiros			20.988.760		
			Juros e encargos financeiros			488.797.833		
			Juros e encargos financeiros			32.388.267		

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO		
Valores Expressos em R\$(1)		
NOTA	2024	2023
CIRCULANTE		
	154.738.844	100.099.307
Fornecedores	41.259.926	42.381.708
Impostos, taxas e contribuições diversas	9.328.846	10.448.135
Empreéstimos e financiamentos	71.692.610	7.223.136
Parcelamentos	5.674.624	6.307.792
Salários e ordenados a pagar	1.473.383	1.487.267
Encargos Sociais a pagar	7.353.856	7.071.820
Provisões de remuneração e encargos	13.258.517	22.238.054
Caixa e Retenções contratuais	905.790	1.129.327
Outras contas a pagar	3.830.425	1.814.486
NÃO CIRCULANTE		
	1.056.266.678	289.697.092
Empréstimos e financiamentos	5	213.039.335
Parcelamentos	6	15.714.686
Transações com partes relacionadas	3	653.693.699
Provisão Para Contingências	9	32.287.847
Recursos Vinculados a Convênios	10	141.889.800
Patrimônio Líquido	1.099.011.680	1.930.266.171
Capital realizado	11	1.302.000.000
Subscrito	1.302.000.000	1.302.000.000
Reservas de Capital		20.112.383
Reservas de Lucros		331.430
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12	739.690.828
Reservas Acumuladas		(63.132.860)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.210.075.902	2.328.973.170

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Luciano Goes Paul Diretor-Presidente | Wladimir Alves Torres Diretor de Gestão Corporativa | Kleber Curvelo Fontes Diretor de Meio Ambiente e Expansão | Gilvan dos Santos Diretor de Operação e Manutenção | João Quintiliano da Fonseca Neto Diretor Comercial Financeiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, com sede na Rua Campo do Brito, 331, Bairro 13 de Julho, município de Aracaju/SE, criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109 de 25 de Agosto de 1969, com alterações do Decreto-Lei nº 288 de 16 de Janeiro de 1970. A DESO é uma empresa de economia mista com personalidade jurídica de direito privado e tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.
A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, além de realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e de esgotos sanitários; elaborar propostas de reajustes e revisões tarifárias, bem como arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos; estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de distribuição de água e coleta de esgotos sanitários; cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inspeções e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.
Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, que alterou a Lei Federal nº 11.445, de 5 de Janeiro de 2007 e trouxe modificações que visam aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, com a meta de alcançar a universalização dos serviços até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% a coleta e tratamento de esgoto.
O Estado de Sergipe aprovou, junto à Assembleia Legislativa, na sessão do dia 22 de Dezembro de 2023, o Projeto de Lei Complementar 31/2023, que reorganiza as Microrregiões de Saneamento Básico de Sergipe, instituindo a Microrregião de Saneamento Básico - Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe - MACES e a sua respectiva estrutura de governança, alterando a Lei Complementar

nº 176, de 18 de dezembro de 2009, que dividia o Estado de Sergipe em 13 microrregiões. Com a aprovação do PLC, as 13 unidades serão extintas e será criada uma única unidade composta pelos 75 municípios sergipinos.
A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 74 municípios em que a DESO opera, 71 (sessenta e um) contratos estão vigentes e 3 (três) contratos estão em processo de renovação. Em 31 de dezembro de 2024, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no Ativo Imobilizado.
Em 04 de Setembro de 2024, ocorreu na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, o leilão da concessão parcial dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Sergipe, cuja vencedora foi a empresa Igua Saneamento com outorga de R\$ 4.536.936.990,00, um ágio de 122,63% em relação ao valor mínimo de outorga previsto no edital. Atualmente, a Companhia é responsável por todo o processo de captação e tratamento da água bruta, distribuição e tratamento de esgoto. A partir da concessão parcial, após o período de operação assistida, a Deso operará em dois processos (captação da água bruta e tratamento), mas ainda será mantida como controladora, garantindo a segurança hídrica do estado.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Declaração de Conformidade
A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez/24 e 31/Dez/23 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio

Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.
b) Mudança de prática Contábil
Até o exercício de 2023 a Companhia tinha a prática contábil de registrar os gastos com "Perdas na Realização de Créditos" como "Despesas Comerciais". A partir do exercício de 2024 a Companhia passou a registrar os gastos com "Perdas na Realização de Créditos" como "Outras Despesas (Receitas) Operacionais". Esta reclassificação não afetou o resultado do exercício. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das informações contábeis e demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os valores dos gastos com "Perdas na Realização de Créditos" apresentados nas Demonstrações dos Resultados de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	DIVULGADO 2022	AJUSTE	RECLASSIFICADO 2022
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	1.610.674	(7.795.439)	(6.184.765)
Despesas Comerciais	(66.816.892)	7.795.439	(59.021.453)
Impacto no Resultado do Exercício	-	-	-

DESCRIÇÃO	DIVULGADO 2023	AJUSTE	RECLASSIFICADO 2023
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	10.210.828	(23.588.731)	(13.377.903)
Despesas Comerciais	(87.304.388)	23.688.721	(63.615.667)
Impacto no Resultado do Exercício	-	-	-

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Resaltamos os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis:
a) Apreciação dos Resultados
O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência. A Companhia registra com a prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) Estimativas Contábeis
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisões para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) Instrumentos Financeiros
Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de preteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzido por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

e) Contas a Receber de Usuários
Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Particulares	439.337.557	396.134.936
Público	115.131.245	123.465.485
Contas a Faturar	48.091.048	42.788.276
(+) Perdas Provisórias c) Clientes:	(362.210.052)	(360.116.719)
Contas a Receber, líquido	240.249.798	202.251.969

No final do exercício, a rubrica de Perdas Provisórias c) Clientes apresentou o saldo acumulado de R\$ 362.210.052 (R\$ 360.116.719 em 2023). A movimentação das Perdas Provisórias c) clientes foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	(360.116.719)	(336.527.987)
Perdas na realização de créditos	(54.538.944)	(46.954.038)
Recuperação de perdas de créditos	52.445.609	23.365.307
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	(2.093.335)	(23.588.731)
Baixas, Líquidas das Recuperações	-	-
Saldo no Final do Exercício	(362.210.052)	(360.116.719)

Durante o exercício, foi contabilizado como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 54.538.944 (R\$ 46.954.038 em 2023) e registrado como recuperação de créditos R\$ 52.445.609 (R\$ 23.365.307 em 2023). Dessa forma, o impacto das perdas de crédito no resultado do exercício foi de R\$ 2.093.335 (R\$ 23.588.731 em 2023).

A Composição das Perdas / Recuperação líquidas no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Residencial	(12.522.838)	(18.196.749)
Comercial	8.014.201	(1.163.484)
Industrial	(253.177)	(652.104)
Público	2.668.478	(3.578.397)
Perdas / Recuperação líquidas no exercício	(2.093.335)	(23.588.731)

As categorias Comercial e Público apresentaram perdas / recuperação líquida positiva em razão da continuidade do trabalho realizado pela Companhia na recuperação dos créditos.

f) Estoques
Os estoques de armazenado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Armazenado Central	1.391.636	963.158
TOTAL	1.391.636	963.158

g) Transações com Partes Relacionadas
Saldo da indenização pela entrega dos ativos de concessão reversíveis:

DESCRIÇÃO	2024
Ativo Não-Circulante	261.477.480
Transações com Partes Relacionadas	
Liquid Saneamento	

Em Dezembro de 2024, a Deso recebeu o valor de R\$ 392.216.219, referente ao adiantamento da indenização pela entrega dos ativos de concessão reversíveis.

Total da indenização dos ativos de concessão reversíveis:

DESCRIÇÃO	2024
Passivo Não-Circulante	653.693.699
Transações com Partes Relacionadas	
Liquid Saneamento	

A transferência da propriedade dos bens reversíveis e a consequente baixa destes bens do imobilizado da Deso será realizada após a conclusão e validação do inventário pela Agência Reguladora.

h) Imobilizado
Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/12/2023, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A Companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/12/2024:

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.459.223.158	639.402.960	820.180.197
Sistema de Esgoto	676.444.707	135.605.079	540.839.628
Bens de Uso Geral	46.127.649	38.029.544	8.098.105
Subtotal em Operação	2.181.795.514	812.877.583	1.368.917.930
Obras em Andamento	837.781.804	-	837.781.804
TOTAL GERAL	3.019.577.318	812.877.583	2.206.699.735

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/12/2023:

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.294.429.629	601.283.726	693.145.903
Sistema de Esgoto	651.856.012	122.416.581	529.439.431
Bens de Uso Geral	44.983.367	35.977.935	9.005.432
Subtotal em Operação	1.991.268.008	759.682.271	1.231.585.737
Obras em Andamento	955.245.296	-	955.245.296
TOTAL GERAL	2.946.513.304	759.682.271	2.186.831.033

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Captação, Tratamento, Reservação, Oxidação e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrometros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

j) Provisão para Contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos contidos até 31/12/24. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliadas com base numa estimativa razoável do valor, que poderá resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

k) Demais Passivos Circulantes e Não-Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes impostos, taxas e contribuições diversas:

DESCRIÇÃO	2024	2023
PIS / PASEP	513.936	591.132
COFINS	2.372.010	2.732.151
CSLL	118.538	554.100
Tributos retidos na fonte	6.204.362	6.570.572
TOTAL	9.328.846	10.448.133

5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZ. MONET.
BIC BRASIL CT 4200020095	12.910	-	12.910	JAN/2025	6,00	-
BC SANTANDER CT 000270012724	45.351.000	46.896.364	92.237.364	SET/2027	7,79	CDI
BC NORDESTE CT 5202385410111	4.200.000	53.375.058	57.575.058	DEZ/2039	1,82 / 2,22	IPCA
BS NORDESTE CT 5202116688760	22.029.000	112.777.913	134.806.913	DEZ/2039	1,82 / 2,22	IPCA
TOTALS	71.592.910	213.039.335	284.632.245			

A Companhia, no contrato, em Março de 2024, empréstimo com o Banco Santander, com valor de R\$ 100 milhões, para viabilizar os deslocamentos dos colaboradores que aderiram até 31 de Janeiro de 2024 ao Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV).

Em Junho de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste (CT 5202385410111) em um montante de R\$ 375 milhões destinados na implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Destes, R\$ 300 milhões corresponde ao valor financiado a ser desembolsado parceladamente e R\$ 75 milhões serão de contrapartida da Companhia.

Em Novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste (CT 5202116688760) em um montante de R\$ 270 milhões para ser aplicado na realização de obras de Saneamento Básico em Sergipe. Destes, R\$ 216 milhões corresponde ao valor financiado a ser desembolsado parceladamente e R\$ 54 milhões serão de contrapartida da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 1,82% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI / IPCA, e vencimento final para Dezembro de 2039.

6. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
SIMPLIFICADO - INSS	77.724	-	77.724	FEV/2025
SIMPLIFICADO - PIS/PASEP E COFINS	523.220	-	523.220	JUN/2025
REFIS LEI 12.996 - COD 4743	349.196	-	349.196	NOV/2025
REFIS LEI 12.996 - COD 4720	336.286	491.118	827.415	JUL/2027
REFIS LEI 12.996 - COD 4737	539.344	1.853.430	2.392.774	MAR/2029
PERT LEI 13.496 - COD 7190	1.429.079	4.392.021	5.821.100	JUL/2029
REFIS LEI 12.996 - COD 4750	1.440.831	5.414.053	6.854.884	NOV/2029
PERT LEI 13.496 - INSS	1.115.632	3.424.274	4.539.907	JAN/2030
TOTALS	5.674.924	15.374.896	21.049.819	

Em 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses. Em 2017, a Companhia aderiu ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018. Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal da Lei nº 12.996 de 18/06/2024. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela SELIC e e juros de 1% ao mês.

7. PROVISÕES S/ REMUNERAÇÃO E ENCARGOS

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão Férias	13.298.577	15.136.034
Provisão Programa Indenização Acordo Coletivo	-	7.100.000
TOTAL	13.298.577	22.236.034

8. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Fundo Municipal de Saneamento	3.191.558	1.799.544
Outras Contas a Pagar	638.867	14.042
TOTAL	3.830.425	1.814.486

Conforme cláusula do contrato de programa firmado com a Prefeitura Municipal de Aracaju, a Companhia assumiu compromisso financeiro de realizar repasses para o Fundo Municipal de Saneamento Básico de Aracaju – FMSB Aracaju, criado por Lei, cujos recursos deverão ser aplicados pelo Município em projetos e ações vinculadas ao Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Durante o exercício, foi repassado o montante de R\$ 9 milhões para o FMSB Aracaju.

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR BASE 31/12/24	PROVISÃO 31/12/24	PROVISÃO 31/12/23
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	14.391.282	14.391.282	13.225.916
Possível	17.037.962	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	0.182.066	0.182.066	8.016.310
Possível	12.956.004	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS			
Provável	6.694.499	6.694.499	6.694.499
Possível	-	-	-
TOTALS	62.281.813	32.267.847	29.935.723

A Companhia é parte de diversos processos de origem trabalhistas, cíveis e tributários, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A Companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas, cíveis e tributárias. As ações de natureza trabalhista envolvem reclamações movidas, principalmente, por empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando rescisões contratuais, horas extras, entre outras demandas, assim como, ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia referente a direitos de acordo coletivo de trabalho. As ações de natureza cível relacionam-se com pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As ações de natureza tributária referem-se a autos de infração relacionados a contribuições sociais questionando diferenças do adicional de risco trabalhista.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual liquidação adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

10. RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2024	2023
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria do Desenv. Urbano e Infraestrutura - SEDURBI	122.250.422	122.250.422
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária - INCRA	228.789	228.789
TOTAL	141.889.800	141.889.800

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 20.000.000.000 de ações. Em 31/Dez/24 o capital social integralizado era de R\$ 1.302.000.000, composto por 15.000.000.000 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 12.000.000.000 de ações ordinárias e 3.000.000.000 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado - SE	11.999.999.537	2.974.800.723	14.974.800.260	1.299.820.475
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNCCS	0	232.935	232.935	20.219
Profuloras	0	273.816	273.816	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTALS	12.000.000.000	3.000.000.000	15.000.000.000	1.302.000.000

Será encaminhado para aprovação da Assembleia Geral, proposta para transferência do resultado do exercício para a conta de Prejuízos Acumulados a fim de recompor o patrimônio líquido. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2024/2023.

12. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 58.727.078, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura - SEDURBI, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano Assistencial

A Companhia instituiu em 1991 o Instituto Assistencial do DESO - DESO, sob a forma de sociedade civil, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira, tendo como objetivos primordiais: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras; e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

b) Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

c) Previdência Complementar

Para atendimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia contratou Plano de Previdência Complementar que será administrado pela MONGERAL AEGON Fundo de Pensão. O plano oferece os Benefícios de: - Aposentadoria, com as seguintes condições: I - contar no mínimo 55 (quinqüenta) anos de idade, II - 60 (sessenta) contribuições ao Plano, e III - cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador; - Benefício por Invalidez; - Benefício por Morte de Participante ou de Assistido. O Plano será vinculado por meio de contribuições básicas mensais dos participantes que varia de 0,50% a 6,00% do salário de participação e contribuições facultativas adicionais e/ou voluntárias. O patrocinador contribuirá para o Plano com valor equivalente a 100% da contribuição básica do Participante.

d) Indenização por tempo de serviço

Conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará, como incentivo ao pedido de rescisão contratual, aos empregados que requerem até 31 de Janeiro de 2024 e que tenha prestado o mínimo de cinco anos de serviço efetivo, uma indenização por tempo de serviço constituída de: 5, 10, 15 e 20 vezes o valor do salário-base + incorporações (proporcional ao tempo de serviço); 30% do saldo do FGTS; aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; R\$ 40.000,00 como incentivo pecuniário e plano de saúde por 36 meses após a rescisão contratual.

Em Setembro de 2024 a Diretoria Executiva aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV) para reduzir o custo de pessoal e garantir a saúde financeira da empresa diante do novo cenário da concessão parcial, contendo os seguintes benefícios: 20 vezes o valor do salário-base + incorporações e anuênios; 40% do saldo do FGTS; Aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; R\$ 30.000,00 de incentivo pecuniário; R\$ 72.000,00 como incentivo pecuniário de assistência à saúde; para aquele que não permanecer no plano de saúde; Saldo de gozo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2024

15. CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

	2024	2023
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(694.028.029)	(549.345.993)
Pessoal	(252.808.135)	(212.882.964)
Energia Elétrica	(117.425.628)	(113.517.347)
Material de Tratamento	(44.870.724)	(37.161.246)
Outros Materiais	(20.771.556)	(16.396.141)
Serviços de Terceiros	(190.678.620)	(146.001.908)
Depreciação	(49.388.701)	(44.268.560)
Fundo Municipal de Saneamento Básico	(11.796.723)	(12.019.064)
Outros Custos	(6.287.940)	(2.390.630)
Créditos Pis/Pasep e Cofins	-	35.291.866

16. DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

	2024	2023
DESPESAS OPERACIONAIS	(142.069.042)	(175.486.302)
Comerciais	(73.166.367)	(63.705.558)
Pessoal	(50.141.181)	(42.665.757)
Material	(225.517)	(251.681)
Serviços e Terceiros	(21.763.644)	(20.680.058)
Outras despesas comerciais	(1.036.025)	(108.062)
Administrativas	(98.900.296)	(92.362.604)
Pessoal	(50.766.154)	(53.914.711)
Material	(797.301)	(1.446.131)
Serviços de Terceiros	(31.316.291)	(24.940.134)
Depreciação	(3.605.611)	(3.790.187)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(2.332.114)	(411.744)
Outras despesas administrativas	(10.082.825)	(7.829.697)
Fiscais e Tributárias	(4.933.502)	(6.040.237)
Taxa pelo uso da água	(1.385.990)	(2.747.298)
Taxa agência reguladora	(3.486.749)	(3.294.311)
Outros impostos e taxas	(60.763)	(38.628)
Outras despesas (receitas) operacionais	34.931.123	(13.377.903)
Resgates Judiciais	3.420.633	877.251
Venda de Ativos	-	1.031.251
Perdas Líquidas de créditos	(2.093.335)	(23.588.731)
Restituição de impostos	33.739.969	8.418.139
Outras despesas (receitas)	(136.145)	(115.814)

A Companhia aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV) para reduzir o gasto de pessoal e garantir a saúde financeira da empresa diante do novo cenário da concessão parcial. Até o final do exercício, o montante de gasto com desligamentos foi no ordem de 87 milhões.

Através da solução de consulta COSIT nº 252, de 05 de Setembro de 2024, a Receita Federal reconheceu a sujeição ao regime de apuração cumulativo do Pis/Pasep e Cofins pelas empresas públicas ou sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos essenciais. Diante disto, durante o exercício, a Companhia protocolou pedidos de compensação tributária, resultante da mudança do regime de apuração do Pis/Pasep e Cofins, assim como realizou o ajuste na apuração deste exercício. A compensação e o ajuste gerou uma receita econômica neste exercício no ordem de 40,5 milhões para a Companhia.

Os valores das Perdas na realização de Créditos referentes ao exercício de 2023 foram reclassificados de "Despesas Comerciais" para "Outras Despesas (Receitas) Operacionais", conforme divulgado na Nota Explicativa 2.b - Mudança de Prática Contábil;

Aracaju/SE, 31 de Dezembro de 2024.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 21 de março de 2025, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório de Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se) e Brasília, 27 de março de 2025.

Denilson Ribeiro Evangelista
Presidente do Conselho

Daniel Marques Andreozzi
Conselheiro

Roosevelt Santos Mendonça Maynard
Conselheiro

Aos
Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho,
Aracaju – Sergipe CEP: 49.020-380
Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 "g", a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase:

3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever:

"A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 74 municípios em que a DESO opera, 71 (setenta e um) contratos estão vigentes e 3 (três) contratos estão em processo de renovação. Em 31 de dezembro de 2024, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado. Em 04 de Setembro de 2024, ocorreu na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, o leilão da concessão parcial dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Sergipe, cuja vencedora foi a empresa Igá Saneamento com outorga de R\$ 4.536.936.990,00, um ágio de 122,63% em relação ao valor mínimo de outorga previsto no edital.

Atualmente, a Companhia é responsável por todo processo de captação e tratamento da água bruta, distribuição e tratamento de esgoto. A partir da concessão parcial, após o período de operação assistida, a Deso operará em dois processos (captação da água bruta e tratamento), mas ainda será mantida como controladora, garantindo a segurança hídrica do estado."

De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância à ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2020."

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da DESO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis indivi-

duais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparente estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 20 de março de 2024, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.

- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DESO a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aracaju/SE, 21 de março de 2025

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O-SSE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 S'SSE
Sócio Sênior

Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 S'SSE

Thomas de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.

AJN AGENCIA JORNAL DE NOTÍCIAS LTDA:32884819000155

Digitally signed by AJN AGENCIA JORNAL DE NOTÍCIAS LTDA:32884819000155
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, st=SE, ou=ARACAJU, ou=51283195000185, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RRB e CNP/A1, ou=presencial, cn=AJN AGENCIA JORNAL DE NOTÍCIAS LTDA:32884819000155
Date: 2025.04.10 18:58:50 -03'00'

Aponte a câmera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>

